

Aos 30(trinta) dias do mês de julho de 2026, às 14h, no Centro de Convivência da Pessoa Idosa Maria da Conceição Guedes Pereira, realizou-se a 190ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa do Recife – COMDIR, 1. Abertura;1.1 Apresentação dos(as) conselheiros(as) e convidados(as) presentes;1.2 Justificativa das ausências.2. Leitura e Aprovação da Ata;2.1 Leitura, apreciação e aprovação da ata da reunião ordinária anterior.3. Edital nº 002/2024 – Seleção de Projetos para Transferência de Recursos Financeiros às Organizações da Sociedade Civil;3.1 Apresentação do resultado final do projeto "Ponto 60 – População Idosa em Destaque", proposto pelo Movimento de Assistência e Inclusão Social (MAIS) Consultoria Social. (Tempo previsto: 20 minutos).4. Informações sobre o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa (CNDPI) José Maria. (Tempo previsto: 20 minutos).5. Comissão de Ética5.1 Apresentação da proposta para realização do Seminário de Formação para Conselheiros(as);5.2 Discussão e deliberação sobre a realização do seminário no mês de dezembro, das 8h às 16h, tendo como sugestão de local o CECOSNE.6. Eleição de Membro da Coordenação Colegiada6.1 Apresentação da vacância na Coordenação Colegiada;6.2 Inscrição de candidaturas;6.3 Eleição e proclamação do(a) novo(a) membro da Coordenação Colegiada do COMDIR.7. Atuação Territorial do COMDIR7.1 Planejamento e definição do calendário de visitas aos Grupos de Convivência da Pessoa Idosa e às Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs).8. Informes Gerais.Estavam presentes os seguintes conselheiros/as governamentais: Clecio Ernande e Jairo Pacífico (Secretaria de Educação);Kylvia Martins (Secretaria de Saúde);Amanda Bezerra(Secretaria de Direitos Humanos e Juventude);Magda Landim(Secretaria da Mulher) ; Rosa Macedo (Secretaria de Ordem Pública e Segurança)Albemar Araújo (Secretaria de Cultura);Maria das Dores Oliveira(Secretaria de Articulação Política e Social).Estavam presentes, ainda, os conselheiros/as não governamentais:Ana Maria Melo(Sindicato dos servidores Públicos Federais de Pernambuco);Jacira Pontes (Grupo de Idosos Paz e Amor);Amara Vital(Sindicato dos Trabalhadores Federais da Saúde, Trabalho e Previdência de Pernambuco);Margareth Xavier(Associação Pernambucana de Nutrição-APN);Rosângela Maia(Instituto de Pesquisa e Estudos da Terceira Idade-IPETI); Aparecida Araújo(Casa Vovó BÍbia de Apoio à Família);Mércia Mendes (Associação Brasileira de Alzheimer);Verônica de Oliveira (Conselho Regional de Fonoaudiologia – CREFONO);José Maria Silva (Ordem dos Advogados do Brasil – OAB).Também estiveram presentes: Rafaela Lima(IMIP),Luciana Laranjeira(CRESS/PE),Claudenice Santana(Zoom Social).Priscila Xavier(Rádio Frei Caneca);Elpídia Almeida(Nasce) Ausências justificadas:Niedja Guimarães;Juliana Lucena ;Juliane Lins, Jairo Neto,Genaina Cristina, Mônica Buarque e Luciana Cavalcanti .Após a verificação do quórum regimental, a Coordenadora declarou aberta a reunião, saudando os presentes e agradecendo a participação de todos. Em seguida, procedeu-se à leitura da ata da 189ª Reunião Ordinária do COMDIR. Após a leitura, foi aberta a discussão, sendo consultados os presentes quanto à necessidade de acréscimos, alterações ou supressões. Não havendo manifestações, a ata foi colocada em votação e aprovada pelos presentes.Na sequência, foi apresentada proposta de alteração na ordem dos pontos de pauta, com a inversão dos itens anteriormente identificados como nº 3 e nº 6, a alteração foi submetida à apreciação do Plenário e aprovada.Em seguida, passou-se à discussão sobre a vacância existente na Coordenação Colegiada do Conselho. Foi esclarecido que, por se tratar de representação governamental, caberia exclusivamente aos conselheiros governamentais presentes a escolha do novo representante. Aberto o espaço para manifestação de interesse, a conselheira Amanda Bezerra apresentou sua candidatura à composição da Coordenação Colegiada, na condição de representante governamental. Não havendo outra candidatura, a indicação foi submetida à votação dos conselheiros governamentais, sendo aprovada por unanimidade. Ficou registrado



que a nova composição deverá ser formalizada e publicada no Diário Oficial, conforme os procedimentos administrativos pertinentes. Dando prosseguimento à pauta, passou-se ao item referente ao Edital nº 002/2024 – Seleção de Projetos para Transferência de Recursos Financeiros às Organizações da Sociedade Civil, com a apresentação do resultado final do projeto “Ponto 60 – População Idosa em Destaque”, proposto pelo Movimento de Assistência e Inclusão Social – MAIS Consultoria Social, em parceria com a Rádio Frei Caneca. Foi convidada a fazer uso da palavra Priscila Xavier, representante da Rádio Frei Caneca e voluntária da MAIS Consultoria Social. Inicialmente, contextualizou o projeto, desenvolvido a partir da parceria entre a organização da sociedade civil e a Rádio Frei Caneca, rádio pública vinculada à Fundação de Cultura do Recife. Foi informado que o projeto teve como objetivo utilizar a comunicação como instrumento para ampliar o debate sobre o envelhecimento populacional, com foco na realidade do Recife, ampliar o acesso da população a informações relacionadas à pessoa idosa e contribuir para a divulgação e o fortalecimento da atuação do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa – COMDIR. O projeto consistiu na produção, gravação, edição, veiculação e distribuição de 40 programas de rádio voltados à temática da pessoa idosa, contemplando informações, debates e conteúdos relacionados ao envelhecimento. Os programas permaneceram no ar durante o período previsto e também foram disponibilizados em plataformas digitais, especialmente Spotify e YouTube. Durante a apresentação, foi ressaltada a preocupação em assegurar a visibilidade do COMDIR. A atuação do Conselho foi divulgada ao longo dos programas, inclusive por meio da identificação da parceria, da participação de conselheiros em entrevistas e da divulgação da realização apoiada pelo Conselho no início e no encerramento das edições. Entre os objetivos específicos, foram destacados o estímulo ao protagonismo das pessoas idosas, o favorecimento do diálogo e da construção coletiva com os parceiros e a promoção da intergeracionalidade por meio das discussões apresentadas nos conteúdos veiculados. Quanto às metas, foram apresentadas a produção, gravação, edição e veiculação de 40 edições do programa, bem como a disponibilização dos conteúdos em plataformas digitais. Segundo a representante, as metas previstas foram cumpridas. Foram apresentados como resultados o estímulo à coprodução com a população idosa recifense, a construção de uma companhia semanal para os ouvintes idosos, o fortalecimento do papel sociocultural da comunicação pública, a disponibilização de informações destinadas à população idosa do Recife e a promoção de entretenimento e lazer. Também foram apresentados registros fotográficos, audiovisuais e links dos programas como comprovação da execução das atividades. Entre os conteúdos com maior número de visualizações no YouTube, foram destacados a entrevista sobre saúde masculina, com mais de 400 visualizações; a entrevista com José Maria sobre o papel dos Conselhos Municipais e do COMDIR, com 274 visualizações; a abordagem sobre sexo e sexualidade após os 60 anos, com aproximadamente 150 visualizações; e o conteúdo relacionado à Década do Envelhecimento Saudável. A representante apresentou registros das gravações, participações de convidados e atividades realizadas, incluindo entrevistas com integrantes do COMDIR, gravações remotas e uma gravação externa em instituição de atendimento à pessoa idosa, possibilitando contato com a realidade vivenciada pelos usuários e participação da gestora da instituição. Foi ressaltado que, na definição das pautas, buscou-se assegurar diversidade entre os convidados, priorizando pessoas com 60 anos ou mais e contemplando diferentes perspectivas relacionadas a gênero, raça, território e áreas de atuação. Quanto às contrapartidas, foram realizadas duas oficinas de produção radiofônica destinadas a pessoas idosas integrantes de grupos de convivência do Recife; uma palestra aberta sobre os direitos da pessoa idosa e a importância da comunicação pública; e a criação de um banco de dados com profissionais com 60 anos ou mais que participaram das entrevistas, contendo nome, telefone, e-mail, site ou rede social e área de atuação. Foi informado que esse banco de dados deverá ser disponibilizado ao Conselho para futuras



consultas e ações de parceria. Foi destacada a boa receptividade às oficinas, realizadas em diferentes espaços de convivência, bem como a participação do COMDIR nas ações e a divulgação das atividades pela imprensa, incluindo reportagem veiculada pela Rede Globo. Na ocasião, também foi apresentado vídeo produzido durante uma das oficinas, com abordagem sobre comunicação, direitos e violências contra a pessoa idosa, além de material referente à palestra sobre comunicação e direitos da pessoa idosa, realizada durante a Semana de Enfrentamento à Violência contra a Pessoa Idosa, no mês de junho. Em relação ao alcance do projeto, foi informado que, diante da inexistência de mecanismo próprio da Rádio Frei Caneca para aferição da audiência radiofônica, foram utilizados dados das plataformas digitais. Também foi destacado que, em determinados períodos, parcela significativa das pessoas alcançadas não era seguidora do perfil, demonstrando a capacidade de ampliação do público por meio das entrevistas e do compartilhamento dos conteúdos. A representante informou, ainda, que foi contratada assessoria de imprensa para ampliar a divulgação do projeto, com produção de releases, relacionamento com jornalistas, acompanhamento de publicações e monitoramento dos resultados. Entre as principais conquistas, foram destacadas a inserção pioneira da temática do envelhecimento na programação de uma rádio pública da cidade, a diversidade de fontes e temas abordados, o aprendizado proporcionado às equipes envolvidas e o impacto das oficinas, que também resultaram na produção dos interprogramas “Minha Voz, Meus Direitos”, posteriormente veiculados pela rádio durante o mês de junho. Ao final da apresentação, Priscila Xavier agradeceu ao Conselho pela parceria e pelo apoio ao desenvolvimento do projeto, manifestando a intenção de retomada dos interprogramas e de continuidade da iniciativa. Após a apresentação, os conselheiros parabenizaram a equipe responsável pelo projeto, destacando a qualidade da produção, a condução das entrevistas, a relevância dos conteúdos e a importância da iniciativa para ampliar a comunicação com a população idosa. Foi ressaltada a necessidade de continuidade do programa, considerando o crescimento da população idosa e a importância da divulgação de informações e direitos. Em seguida, foi questionado o valor total de execução do projeto. A representante informou que o valor ficou em aproximadamente R\$ 179.000,00, abaixo do limite máximo previsto no edital. Foi ressaltado que, por se tratar da primeira temporada, a equipe ainda avaliava o alcance da iniciativa e que uma eventual segunda temporada poderia possibilitar a ampliação das ações. Também foi destacada a abrangência da Rádio Frei Caneca FM, na frequência 101,5 FM, e a possibilidade de alcance dos conteúdos na Região Metropolitana e no interior. Foi sugerido que os conselheiros divulguem os programas, especialmente a entrevista sobre o papel dos Conselhos Municipais, considerada material didático e esclarecedor sobre a atuação dos Conselhos. Encerrada a apresentação do projeto “Ponto 60 – População Idosa em Destaque”, foi registrado o reconhecimento à equipe pela execução das atividades e pela relevância da iniciativa, bem como o desejo de que seja realizada uma segunda temporada. Na sequência, passou-se ao quarto ponto da pauta, referente às informações sobre o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa – CNDPI. Foi concedida a palavra ao Professor José Maria, que informou sua participação no Conselho Nacional, na condição de representante, mencionando também a presença de outros representantes de Pernambuco. O conselheiro destacou a importância da articulação entre o Conselho Nacional, os Conselhos Estaduais e os Conselhos Municipais dos Direitos da Pessoa Idosa, ressaltando que as políticas públicas formuladas em âmbito federal precisam chegar efetivamente aos municípios, onde ocorre a execução das políticas públicas. Foram mencionados programas e projetos voltados à população idosa, entre eles Envelhecer nos Territórios, Viva Mais Cidadania, Viva Mais Cidadania Digital, Vida Digna em Casa, Intergeracionalidade, Viva Mais Periferia, Educação para Toda a Vida e ações relacionadas ao fortalecimento das culturas dos povos e comunidades tradicionais. José Maria ressaltou a necessidade de o COMDIR conhecer melhor essas políticas, identificando



165 quais já são executadas no Recife, quais são desenvolvidas em parceria e quais
166 poderiam ser objeto de adesão pelo Município.Como encaminhamento, sugeriu que os
167 conselheiros governamentais apresentassem, na próxima reunião ordinária,
168 informações sobre os programas, projetos e ações federais relacionados à pessoa
169 idosa que já são executados, desenvolvidos em parceria ou passíveis de adesão pelo
170 Município do Recife, indicando, quando possível, a Secretaria responsável e a
171 situação de execução.A proposta foi debatida pelos presentes, sendo ressaltada a
172 necessidade de formalizar a solicitação às Secretarias Municipais, especialmente
173 diante da ausência de respostas em solicitações anteriores. Foi sugerido que o
174 COMDIR encaminhe ofício às Secretarias solicitando informações sobre as políticas,
175 programas, projetos e ações desenvolvidos em cada pasta que contemplem a
176 população idosa, estabelecendo prazo para resposta.Durante o debate, também foi
177 ressaltada a importância de ampliar as políticas de saúde destinadas à população
178 idosa, especialmente no que se refere à vacinação e à prevenção de doenças de
179 maior impacto nessa faixa etária.Foram ainda discutidas as ações intergeracionais,
180 destacando-se iniciativas de aproximação entre crianças, adolescentes e pessoas
181 idosas e a necessidade de ampliar essas práticas no Município.Os conselheiros
182 ressaltaram a importância da educação em direitos humanos, da valorização da
183 cultura, do respeito à diversidade e da formação de crianças e adolescentes para a
184 convivência respeitosa com as pessoas idosas e para o enfrentamento dos
185 preconceitos relacionados ao envelhecimento.Também foi destacada a necessidade
186 de considerar, nas políticas públicas, a diversidade dos povos originários e suas
187 diferentes formas de envelhecimento, valorizando suas culturas, costumes e
188 religiões.Retomando a proposta de levantamento das políticas públicas existentes no
189 Recife, foi esclarecido que o objetivo seria conhecer quais iniciativas já são
190 desenvolvidas pelo Município, quais são executadas em parceria e quais poderiam ser
191 objeto de adesão, buscando construir um diagnóstico das políticas públicas
192 efetivamente existentes para a população idosa.Foi ponderado que os próprios
193 conselheiros governamentais poderiam identificar, em suas respectivas Secretarias, os
194 programas e ações relacionados à pessoa idosa e apresentá-los ao Conselho.
195 Ressaltou-se, contudo, que a atuação dos conselheiros deve ultrapassar a
196 representação formal de suas Secretarias, sendo necessário conhecer também as
197 políticas desenvolvidas pelas demais áreas que impactam a vida da população idosa,
198 tais como saúde, assistência social, habitação, cuidado e direitos humanos.Foi
199 destacada a importância de retomar essa apresentação em razão da renovação do
200 colegiado, possibilitando aos novos representantes compreender a atuação de cada
201 área no Conselho. Nesse contexto, foi mencionada a previsão de apresentação, na
202 próxima reunião, das ações da Secretaria de Saúde voltadas à pessoa idosa,
203 considerando-se importante que as demais Secretarias também apresentem suas
204 políticas e ações.Também foram discutidas as diferentes realidades vivenciadas pela
205 população idosa, incluindo pessoas em situação de rua, população indígena em
206 contexto urbano, mulheres negras e pobres, dificuldades de acesso ao Cadastro Único
207 e benefícios sociais e barreiras enfrentadas por pessoas que não possuem recursos
208 ou domínio das ferramentas digitais.Foi enfatizada a necessidade de articulação entre
209 o COMDIR, as Secretarias Municipais e demais órgãos públicos, visando compreender
210 as demandas concretas da população idosa e contribuir para a construção de políticas
211 públicas que contemplem também as pessoas em situação de maior
212 vulnerabilidade.Foi sugerido que, após a apresentação das ações pelos
213 representantes governamentais, os representantes da sociedade civil também
214 apresentem as iniciativas e trabalhos que desenvolvem em favor da população idosa,
215 fortalecendo a articulação entre poder público e sociedade civil.Ressaltou-se, ainda, a
216 importância da articulação do COMDIR com os Conselhos Estadual e Nacional, de
217 modo a identificar as competências de cada esfera de governo e as possibilidades de
218 atuação conjunta.Foi enfatizado que, além de conhecer as políticas públicas, o
219 Conselho deve contribuir para sua divulgação, considerando que parte da população



idosa ainda desconhece os serviços e benefícios disponíveis. Nesse sentido, foi citado o Centro de Convivência da Pessoa Idosa, que oferece diferentes serviços e atividades, mas que nem sempre são conhecidos pela população. Após os debates, a proposta de encaminhamento de documento do COMDIR às Secretarias Municipais, solicitando informações sobre políticas públicas, programas, projetos e ações voltados à pessoa idosa, foi colocada em votação e aprovada pelos presentes. Dando continuidade à reunião, passou-se ao ponto referente à Comissão de Ética, que previa a apresentação de proposta para realização de Seminário de Formação para Conselheiros sobre Ética. Foi informado que o referido ponto seria retirado da pauta, ficando sua discussão para oportunidade posterior. Na sequência, passou-se ao ponto referente à Atuação Territorial das Comissões, conforme deliberado na reunião anterior, tendo como objetivo organizar e dar continuidade às visitas às Instituições de Longa Permanência para Pessoas Idosas – ILPIs. Foi lembrado que havia sido solicitado às Coordenações das Comissões o encaminhamento das datas previstas para realização das visitas. Como nem todos os calendários haviam sido encaminhados, foi proposta a definição das datas durante a própria reunião, possibilitando a organização do cronograma. Foi esclarecido que, considerando a natureza das visitas às ILPIs, especialmente às instituições filantrópicas, não seria necessário agendamento prévio em todos os casos. Ressaltou-se a necessidade de organização e sistematização das informações levantadas. Foi proposta a elaboração de calendário conjunto, permitindo a participação de integrantes de diferentes Comissões. Sempre que possível, as visitas deverão contar com a participação de três conselheiros, possibilitando diferentes olhares durante a avaliação dos espaços. A Comissão de Legislação e Normas informou que acompanhará algumas visitas, especialmente diante do número reduzido de integrantes para realização de visitas de forma isolada. A Comissão de Orçamento e Finanças informou que, inicialmente, seria representada por um integrante. Após as definições, ficou estabelecido o seguinte calendário: 06/08, às 9h – CURHA/CL – Lar Batista para Anciãos; 10/08, às 14h – CECTEL – ILPI Casa Lar de Maria (Centro Espírita Moacir); 11/08, às 14h – CS – Abrigo Espírita Batista de Carvalho; 14/08, às 14h – COF – Centro Geriátrico Padre Venâncio; 17/08, às 14h – CE – Abrigo Espírita Lar de Jesus; 20/08, às 14h – CASDE – Associação Espírita Casa dos Humildes; CMDC – aguardando definição da data da visita. Foi ressaltada a necessidade de divulgação do calendário no grupo de coordenadores, possibilitando a participação de outros conselheiros interessados e com disponibilidade. Ficou esclarecido que integrantes de outras Comissões também poderão participar das visitas. Foi informado que já existe instrumental utilizado pela Comissão de Assistência para orientar as visitas às ILPIs. Ficou acordado que esse instrumento será disponibilizado às demais Comissões, podendo ser complementado conforme as necessidades identificadas. Reforçou-se a importância da utilização de instrumentos padronizados, permitindo posteriormente a consolidação das informações e a elaboração de relatórios sobre as condições das instituições visitadas. Ficou registrado, ainda, que a Coordenação Colegiada deverá, sempre que possível, participar das visitas. Passou-se ao 8º ponto de pauta – Informes, sendo aberta a palavra aos conselheiros. Kylvia Martins relatou situações recebidas durante a semana envolvendo pessoas idosas e seus familiares, especialmente demandas relacionadas aos serviços de saúde e às condições de atendimento em equipamentos públicos. Foi apresentado como exemplo o caso envolvendo o Hospital da Restauração, ressaltando-se a necessidade de acompanhamento mais amplo das condições dos serviços que atendem pessoas idosas, inclusive daqueles de responsabilidade estadual localizados no Recife. Foi enfatizada a necessidade de assegurar condições mínimas adequadas de atendimento, especialmente às pessoas idosas em situação de maior vulnerabilidade. Na sequência, foi apresentada a situação de pessoas idosas falecidas que não possuem familiares próximos ou pessoas legalmente habilitadas para realizar o reconhecimento do corpo. Foi relatado que essa ausência gera dificuldades para a liberação do corpo e a realização do sepultamento com

dignidade.Foi explicado que, diante dessas situações, são buscadas soluções individualizadas envolvendo delegacias, Defensoria Pública, Ordem dos Advogados do Brasil, familiares distantes e outros órgãos, conforme cada caso. Ressaltou-se que o procedimento atualmente adotado é desgastante e burocrático para os profissionais, conselheiros e comunidades envolvidos.José Maria ressaltou que a competência legislativa para tratar de determinados aspectos da matéria deverá ser analisada juridicamente, considerando a responsabilidade de cada esfera de governo. Entretanto, destacou que a provocação institucional do Conselho é importante, independentemente da competência final para legislar sobre a questão.Foi defendida a necessidade de iniciar a discussão no âmbito municipal e, caso seja identificado que a matéria depende de legislação estadual ou federal, ampliar posteriormente a articulação para as demais esferas.Os conselheiros presentes consideraram pertinente a proposta de criação de um Grupo de Trabalho sobre a questão, ficando indicada a necessidade de estruturar a proposta, definir os participantes e estabelecer os próximos encaminhamentos.Nada mais havendo a tratar, a Coordenadora agradeceu a participação dos presentes, reforçou a importância do cumprimento dos encaminhamentos deliberados pelo Plenário e declarou encerrada a reunião às 16h44.Para que tudo fique devidamente documentado, eu, Cecília Paiva, na condição de Secretária Executiva, tomei notas e redigi a presente ata, que, após lida na reunião seguinte e achada conforme, será por mim assinada, bem como pela Coordenadora da presente reunião.

Verônica Oliveira
Coordenação Colegiada



Cecília Paiva
Secretária Executiva do COMDIR

